

# Governo Electrónico nas Juntas de Freguesia: Situação na Região do Minho

Álvaro Rocha

Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Fernando Pessoa, Porto.  
[amrocha@ufp.pt](mailto:amrocha@ufp.pt)

Cláudia Silva, Marcelino Lamas, Ricardo Castro, Sérgio Silva

Escola Superior de Tecnologia, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Barcelos  
[a441@alunos.ipca.pt](mailto:a441@alunos.ipca.pt), [a704@alunos.ipca.pt](mailto:a704@alunos.ipca.pt), [a987@alunos.ipca.pt](mailto:a987@alunos.ipca.pt), [a714@alunos.ipca.pt](mailto:a714@alunos.ipca.pt)

## Resumo

Neste artigo apresentamos um estudo realizado com o objectivo de analisar a adopção do Governo Electrónico pelas Juntas de Freguesia do Minho, incluindo a análise da evolução ocorrida entre 2003 e 2005. Apesar de ter crescido significativamente, o Governo Electrónico ainda é uma miragem para a esmagadora maioria das Juntas de Freguesia do Minho, particularmente no que respeita à disponibilização de informações e serviços por meio de *websites*.

**Palavras-chave:** Sociedade da Informação; Governo Electrónico; Juntas de Freguesia; Administração Pública Local.

## 1. Introdução

As Juntas de Freguesia são normalmente consideradas como o primeiro e mais importante elo de ligação entre os cidadãos e a Administração Pública [Rocha et al. 2004]. Porém, aparentam muita dificuldade em descolar do seu paradigma tradicional de funcionamento, caracterizado pelo atendimento ao balcão.

Mas o surgimento de novos paradigmas de funcionamento das instituições, baseado na oferta *on-line* de informação e serviços anteriormente apenas disponibilizados de forma presencial, dos quais a banca electrónica é um bom exemplo, revelou-se como uma mais-valia na optimização das relações entre cidadãos e fornecedores de serviços [Ho 2002].

Neste contexto, cabe às Juntas de Freguesia, no seguimento de projectos já encetados ao nível da Administração Central (por exemplo, o *website* da DGCI – Direcção Geral de Contribuições e Impostos<sup>1</sup>), procurar convergir o seu modelo actual de funcionamento para a oferta de informações e serviços *on-line*.

Efectivamente, as Juntas de Freguesia não podem continuar de fora da Sociedade da Informação, argumentado que não dispõem de clientes (cidadãos) interessados nesta filosofia de funcionamento. Estatísticas recentes contrariam este argumento, pois cerca de 40% da população portuguesa acede à Internet [UMIC 2004].

Aliás, nós vemos as Juntas de Freguesia com a obrigação de serem as principais dinamizadoras da Sociedade da Informação ao nível local, inculcando e tentando inculcar nos cidadãos formas de relacionamentos modernas, quer entre cidadãos, quer entre cidadãos e instituições públicas e privadas. Se não forem as Juntas de Freguesia a fazê-lo, quem terá obrigação de desempenhar esse papel?

---

<sup>1</sup> <http://www.e-financas.gov.pt>

Neste artigo apresentamos um estudo realizado com o objectivo de analisar a utilização de formas de Governo Electrónico pelas Juntas de Freguesia Minho, e a evolução decorrida nos últimos dois anos, baseado na disponibilização de informação e serviços através de *e-mails* e *websites*. Começamos por definir e enquadrar nas Juntas de Freguesia o termo Governo Electrónico, limitando-o ao objectivo do nosso estudo. Posteriormente apresentamos a metodologia do estudo e descrevemos e discutimos os resultados do mesmo. Mais adiante comparamos os resultados do presente estudo com os de um estudo similar realizado em 2003 e fechamos o artigo com algumas conclusões gerais.

## **2. Governo Electrónico**

O termo Governo Electrónico significa diferentes coisas para diferentes pessoas. Governo Electrónico, numa visão abrangente, consiste na utilização adequada e vantajosa de TIC por organismos governamentais - sejam eles centrais, regionais ou locais - nos seus relacionamentos internos, nos seus relacionamentos externos e, particularmente, nos seus relacionamentos com os cidadãos.

Alertamos para o facto de não raras vezes Governo Electrónico ser olhado apenas como informação e serviços disponibilizados *on-line* aos cidadãos, baseado na utilização de *e-mails* e *websites* [e.g., Cardona 2002, OLA 2003, Rocha et al. 2003, West 2003]. Esta é uma visão estrita de Governo Electrónico. Contudo é a parte mais visível para os cidadãos comuns e a que os beneficia mais directamente, sem altos investimentos e sem grandes complexidades para os governos [Pascual 2003]. É esta a visão de Governo Electrónico em que assentou o nosso estudo e a qual nos acompanhará ao longo deste artigo.

O Governo Electrónico nas Juntas de Freguesia constitui a “linha da frente” dos serviços públicos e da representação democrática [Socitm 2003]. Estamos convencidos que ao longo da vida da maioria dos cidadãos são mais as vezes que se relacionam com as Juntas de Freguesia do que com qualquer outro organismo governamental. É aí que nos recenseamos, pedimos variados certificados, declarações e licenças, pagamos variadas taxas, compramos e pagamos espaços em cemitérios, consultamos as chamadas para serviço militar, etc. Esta constatação devia ser suficiente na implicação de uma maior adesão das Juntas de Freguesia a estratégias de Governo Electrónico, prestando, dessa forma, melhores serviços à sociedade. Contudo, como veremos mais adiante, o Governo Electrónico continua a ser uma miragem para a esmagadora maioria das Juntas de Freguesia do Minho.

Assim sendo, as Juntas de Freguesia não retirarão proveito das vantagens do Governo Electrónico. Deixam, nomeadamente, de: melhorar a informação e os serviços que fornecem aos cidadãos; melhorar as relações com as empresas; e melhorar a gestão e as operações internas. Em síntese: deixam de inovar e modernizar.

Consequentemente, desaproveitam a possibilidade de: aumentarem a transparência; diminuírem a corrupção; reduzirem os custos; aumentarem as receitas; e proporcionarem comodidade aos cidadãos. Em síntese: desaproveitam a possibilidade de contribuírem para a melhoria da democracia, pelo aumento da participação democrática (como por exemplo, através da disponibilização dos orçamentos anuais e de respostas *on-line* a questionários acerca das políticas e estratégias locais), etc.

## **3. Metodologia do Estudo**

O estudo da situação actual do Governo Electrónico nas Juntas de Freguesia do Minho decorreu entre Novembro de 2004 e Abril de 2005, tendo assentado em quatro etapas:

A primeira etapa consistiu na identificação das Juntas de Freguesia do Minho e respectivos endereços de *e-mail* e de *website*. Com este objectivo em mente, recorremos às listagens de

endereços de *e-mail* existentes nos *websites* do STAPE<sup>2</sup> (Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral), da ANAFRE<sup>3</sup> (Associação Nacional de Freguesias), da ANMP<sup>4</sup> (Associação Nacional de Municípios), e das Páginas Amarelas Electrónicas<sup>5</sup>. Não satisfeitos com os resultados obtidos, continuámos o nosso levantamento recorrendo a três motores de pesquisa com indexação automática (Google<sup>6</sup>, Altavista<sup>7</sup> e Netindex<sup>8</sup>) e três sem essa característica (Sapo<sup>9</sup>, AEIOU<sup>10</sup> e Clix<sup>11</sup>) para todas as Juntas que ainda não tínhamos endereço *Web*. A técnica usada foi fazer uma busca pelo nome das Juntas de Freguesia. Por exemplo: “Junta de Freguesia de Aboim da Nóbrega”.

Os dados obtidos foram armazenados, trabalhados e relacionados num livro Excel devidamente estruturado e programado para o efeito. Desta forma foi-nos permitida a preparação de uma lista de endereços de *e-mail*, que consequentemente considerámos completa e terminada. De seguida enviámos uma mensagem de *e-mail* a todas as Juntas de Freguesia que possuíam endereço de *e-mail* a solicitar informação sobre as mesmas e sobre o seu endereço *web*. Através destas solicitações tomámos conhecimento de mais alguns endereços de *websites* de Juntas de Freguesia do Minho, como por exemplo, o endereço *web* da Junta de Freguesia de Arcos de Valdevez.

Na segunda etapa foi desenvolvida uma métrica de qualidade que permitisse uma avaliação minuciosa e equitativa dos *websites*. A métrica foi desenvolvida com base noutras [Olisna 2000, Rocha et al. 2003, UMIC 2003, Reis 2004], em guias/manuais de boas práticas [Kilian 2000, Krug e Black 2000, Figueiredo 2002, Lynch e Horton 2002, Oliveira et al. 2003] e ainda na nossa experiência de utilizadores *web*. Definimos um conjunto de requisitos fundamentais de qualidade que permitisse uma avaliação maioritariamente objectiva dos *websites* em análise. A métrica é constituída por 83 atributos, agrupados em 20 sub-características que por sua vez se agrupam nas 4 características de alto nível da norma ISO 9126:2001 que interessam aos utilizadores: *Usabilidade*, *Funcionalidade*, *Confiabilidade* e *Eficiência*. A pontuação máxima que um *website* poderá obter é 100.

A terceira etapa consistiu na avaliação da qualidade dos *webites* em conformidade com os critérios definidos na métrica. A avaliação foi essencialmente realizada por observação directa, recorrendo sempre que necessário e plausível a ferramentas automáticas (Por exemplo: NetMechanic<sup>12</sup> e WebMasterPlan<sup>13</sup>). Nesta etapa enviámos uma segunda mensagem de *e-mail* às Juntas de Freguesia que possuíam *website* a simular a solicitação de informação, para, deste modo, podermos avaliar a efectividade de elementos de interactividade disponíveis nos *websites*. A mensagem solicitava informação sobre o modo de transferir o recenseamento eleitoral para a Junta de Freguesia em causa.

Por último, na quarta etapa, tratámos todos os dados obtidos e elaborámos o relatório final.

Importa referir que os resultados das segundas e terceiras etapas do estudo não serão abordados neste artigo.

---

<sup>2</sup> <http://www.stape.pt>

<sup>3</sup> <http://www.anafre.pt>

<sup>4</sup> <http://www.anmp.pt>

<sup>5</sup> <http://www.paginasamarelas.pt>

<sup>6</sup> <http://www.google.com>

<sup>7</sup> <http://www.altavista.com>

<sup>8</sup> <http://www.netindex.pt>

<sup>9</sup> <http://www.sapo.pt>

<sup>10</sup> <http://www.aeiou.pt>

<sup>11</sup> <http://www.clix.pt>

<sup>12</sup> <http://www.netmechanic.com>

<sup>13</sup> <http://webmasterplan.com>

#### 4. Governo Electrónico nas Juntas de Freguesia do Minho

Nesta secção apresentamos a distribuição de *e-mails* e de *websites* por concelho, distrito, região, partido dos presidentes e número de eleitores das Juntas. Na discussão fazemos algumas comparações e analisamos o grau de associação entre variáveis através do Coeficiente de Correlação de *Pearson*, conforme Pestana e Gageiro (2000).

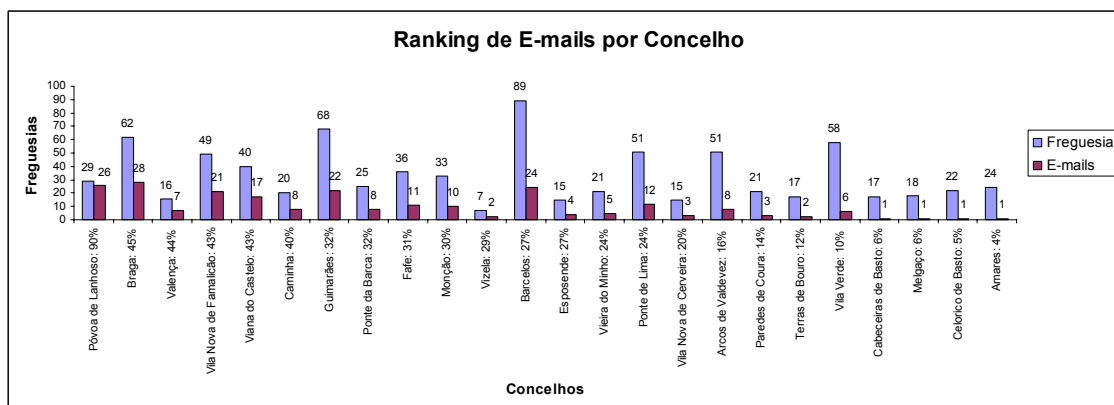
##### 4.1 Distribuição de E-mails e de Websites

A *Tabela 1* apresenta os valores absolutos e relativos de Juntas de Freguesia do Minho que possuem endereço de *E-mail* e *Website*. Os resultados estão organizados por concelhos, distritos e região.

Concelhos	Freguesias	E-mails	% E-mails	WebSites	% WebSites
Amares	24	1	4,17%	1	4,17%
Barcelos	89	24	26,97%	10	11,24%
Braga	62	28	45,16%	8	12,90%
Cabeceiras de Basto	17	1	5,88%	0	0,00%
Celorico de Basto	22	1	4,55%	0	0,00%
Esposende	15	4	26,67%	1	6,67%
Fafe	36	11	30,56%	7	19,44%
Guimarães	68	22	32,35%	2	2,94%
Póvoa de Lanhoso	29	26	89,66%	23	79,31%
Terras de Bouro	17	2	11,76%	0	0,00%
Vieira do Minho	21	5	23,81%	0	0,00%
V. N. de Famalicão	49	21	42,86%	3	6,12%
Vila Verde	58	6	10,34%	1	1,72%
Vizela	7	2	28,57%	0	0,00%
<b>Distrito de Braga</b>	<b>514</b>	<b>154</b>	<b>29,96%</b>	<b>56</b>	<b>10,89%</b>
Arcos de Valdevez	51	8	15,69%	1	1,96%
Caminha	20	8	40,00%	2	10,00%
Melgaço	18	1	5,56%	0	0,00%
Monção	33	10	30,30%	1	3,03%
Paredes de Coura	21	3	14,29%	0	0,00%
Ponte da Barca	25	8	32,00%	2	8,00%
Ponte de Lima	51	12	23,53%	2	3,92%
Valença	16	7	43,75%	0	0,00%
Viana do Castelo	40	17	42,50%	3	7,50%
Vila Nova de Cerveira	15	3	20,00%	1	6,67%
<b>Distrito de V. Castelo</b>	<b>290</b>	<b>77</b>	<b>26,55%</b>	<b>12</b>	<b>4,14%</b>
<b>Região do Minho</b>	<b>804</b>	<b>231</b>	<b>28,73%</b>	<b>68</b>	<b>8,46%</b>

**Tabela 1** - Distribuição de *E-mails* e de *Websites* em Abril de 2005.

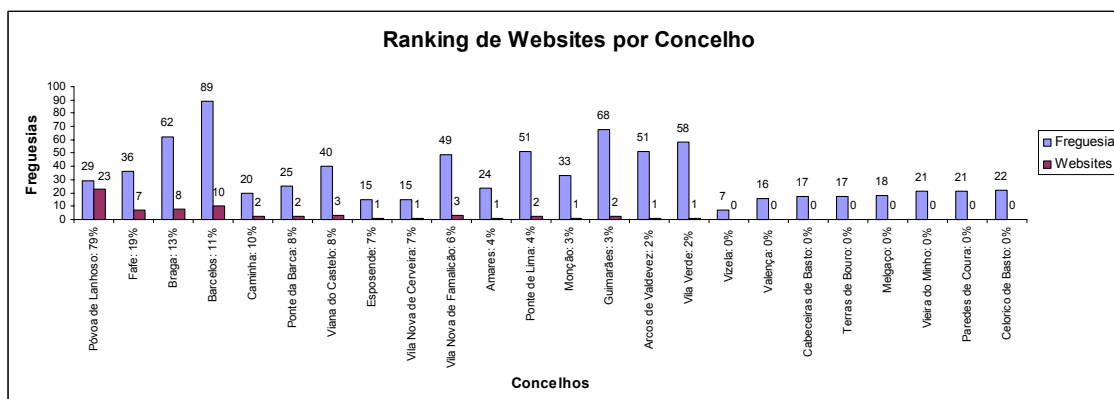
Analisando a *Tabela* e o *Gráfico 1* verificamos que os concelhos da Póvoa de Lanhoso (89,66%), Braga (45,16%), Valença (43,75%), Vila Nova de Famalicão (43,86%) e Viana do Castelo (42,50%) são os que apresentam melhores resultados na variável *e-mails*. Opostamente, os que apresentam piores resultados são Amares (4,17%), Celorico de Basto (4,55%), Melgaço (5,56%), Cabeceiras de Basto (5,88%) e Vila Verde (10,34%). O distrito de Viana do Castelo (26,55%) encontra-se ligeiramente abaixo do distrito de Braga (29,96%). Considerando toda a Região do Minho, constatamos que apenas 28,73% das Juntas de Freguesia possuem endereço de *e-mail*. Esta percentagem parece-nos ainda demasiado baixa para o nível de desenvolvimento geral da Sociedade da Informação em Portugal e na Europa, e significa que a maioria dos cidadãos das Freguesias do Minho terão de continuar a contactar a sua Junta pelos meios tradicionais, mantendo-se inultrapassáveis todos os incómodos que isso possa acarretar.



**Gráfico 1 – Ranking de E-mails por Concelho.**

No que respeita aos *websites*, e se complementarmos a análise da *Tabela 1* com uma análise ao *Gráfico 2*, constatamos que os concelhos mais bem colocados são Póvoa de Lanhoso (79,31%), Fafe (19,44%), Braga (12,90%), Barcelos (11,24%) e Caminha (10%). Opostamente, os mais mal colocados são os concelhos de Cabeceiras Basto, Celorico Basto, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vizela, Melgaço, Paredes Coura e Valença, todos com 0% de *websites*, o que significa que nenhuma das suas Juntas possui *website*. A nível distrital, Braga (10,89 %) aparece também na variável *websites* mais bem colocado do que Viana do Castelo (4,14%). Considerando toda a Região do Minho, a percentagem de *websites* nas Juntas de Freguesia é ainda muito residual, situando-se nuns baixíssimos 8,46%. Com esta percentagem, a esmagadora maioria das Juntas de Freguesia da Região do Minho continua a não cumprir o seu papel de dinamizadoras locais da Sociedade da Informação. Ao não disponibilizarem informações e serviços *on-line* aos cidadãos, as Juntas não se modernizam e, conseqüentemente, não catalisam a integração da população local nesta mesma Sociedade.

O Coeficiente de Correlação de Pearson indica uma associação positiva muito baixa (0,15) entre a quantidade de freguesias e a percentagem de *e-mails* por concelho. Em relação aos *websites* a associação é também positiva e ainda mais baixa (0,08) do que a anterior. Estes valores sugerem-nos que a quantidade de freguesias por concelho não terá influência na adopção do Governo Electrónico pelas suas Juntas de Freguesia.



**Gráfico 2 – Ranking de Websites por Concelho.**

#### 4.2 Distribuição de E-mails e de Websites por Partido dos Presidentes das Juntas

A *Tabela 2* apresenta a distribuição absoluta e relativa de *e-mails* e de *websites* por Partidos dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Minho.

Partido Presidente	Freguesias	E-mails	%E-mails	Web-sites	% Web-sites
PS	295	103	34,92%	35	11,86%
PPD/PSD	337	75	22,26%	17	5,04%
G.CID.	131	42	32,06%	13	9,92%
CDS-PP	3	0	0,00%	0	0,00%
PCP/PEV	6	5	83,33%	0	0,00%
MPT	3	1	33,33%	1	33,33%
Outros	24	5	20,83%	2	8,33%

**Tabela 2** - Distribuição de *E-mails* e de *Websites* por Partido do Presidente da Junta.

Assim, podemos verificar em relação à variável *e-mail*, que as Juntas de Freguesia presididas pelo PCP/PEV (Partido Comunista Português / Partido Ecologista “Os Verdes”) se destacam positivamente com 83,33%. O segundo melhor partido nesta variável é o PS (Partido Socialista) com 34,92%, seguido pelo MPT (MPT – Partido da Terra) com uma taxa de 33,33%, o G.CID. (Grupo de Cidadãos) com 32,06%, o PPD/PSD (Partido Popular Democrático / Partido Socialista Democrático) com 22,96% e o CDS/PP (Centro Democrático Social / Partido Popular) com 0%.

Porém, em relação aos *websites* o melhor partido é o MPT, com uma taxa de 33,33%, sucedendo o PS com 11,86%, o G.CID. com 9,92%, o PPD/PSD com 5,04% e por fim o CDS/PP e o PCP/PEV com 0%.

O Coeficiente de Correlação de Pearson indica uma associação negativa muito baixa (-0,13) entre o partido dos Presidentes das Juntas e a percentagem de *e-mails*. No caso dos *websites*, a associação é igualmente negativa e muito baixa (-0,10) entre o partido dos presidentes das Juntas e a percentagem de *websites*. Estes valores sugerem-nos que o partido não terá influência na adopção do Governo Electrónico pelas Juntas de Freguesia do Minho.

#### 4.3 Distribuição de E-mails e de Websites por Categorias de Número de Eleitores

A *Tabela 3* apresenta a distribuição absoluta e relativa de *e-mails* e de *websites* por número de eleitores das Freguesias do Minho.

Eleitores	Freguesias	E-mails	%E-mails	Websites	% Websites
[1-500[	263	38	14,45%	13	4,94%
[500-1000[	253	60	23,72%	14	5,53%
[1000-2000[	191	91	47,64%	30	15,71%
[2000-5000[	80	31	38,75%	9	11,25%
[5000-10000[	14	9	64,29%	2	14,29%
[10000-...[	3	2	66,67%	0	0,00%

**Tabela 3** - Distribuição de *E-mails* e de *Websites* por Número de Eleitores das Freguesias.

Verificamos, assim, que à medida que o número de eleitores aumenta, o número de freguesias diminui linearmente e a percentagem de *e-mails* em geral aumenta, demonstrando que o número de eleitores estará altamente associado à adopção de *e-mail* pelas Juntas de Freguesia do Minho. Quanto aos *websites*, esta associação não se verificará, já que o aumento do número de eleitores não significa sempre um aumento na percentagem de *websites*.

Efectivamente, o Coeficiente de Correlação de Pearson indica uma associação negativa muito alta (-0,90) entre o número de eleitores e a percentagem de *e-mails*. Em relação aos *websites* a associação é ainda negativa, mas contudo é muito baixa (-0,04). Estes valores deixam-nos um pouco perplexos porque sugerem que o número de eleitores poderá ter grande influência na adopção de *e-mails* mas, por outro lado, praticamente nenhuma influência na adopção de *websites*.

## 5. Evolução do Governo Electrónico entre 2003 e 2005

Nesta secção comparamos os resultados do presente estudo com os resultados de um estudo similar realizado há dois anos [Rocha et al. 2003].

### 5.1 Juntas de Freguesia com E-Mail

Como é possível verificar no *Gráfico 3*, no geral houve entre 2003 e 2005 evoluções positivas no número de *e-mails*. Assim, destacamos o aparecimento de *e-mails* em quatro novos concelhos (Amares, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Monção), sobressaindo entre estes o concelho de Monção com uma evolução de 1000% e ainda o concelho da Póvoa do Lanhoso com uma evolução de 333,33% (consultar *Anexo I*). Negativamente, realçamos o retrocesso de 83,33% ocorrido no concelho de Melgaço, uma vez que em 2003 havia seis freguesias com *e-mail* e em 2005 existe apenas uma. Passando para uma análise distrital, constatamos que Braga evoluiu mais do que Viana do Castelo, com 86,59% contra apenas 60,42%. Considerando toda a Região do Minho, assistiu-se a um crescimento de 76,92% de *e-mails*.

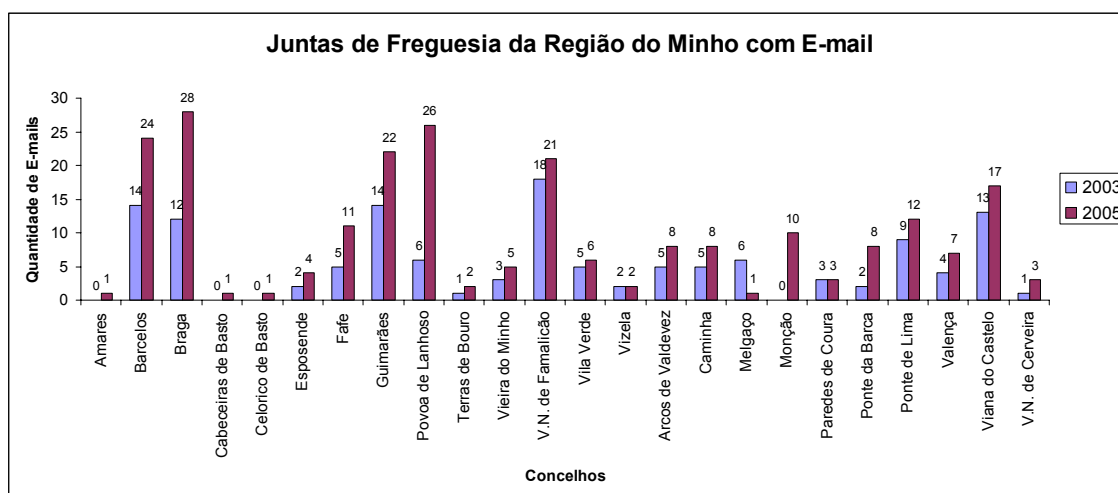
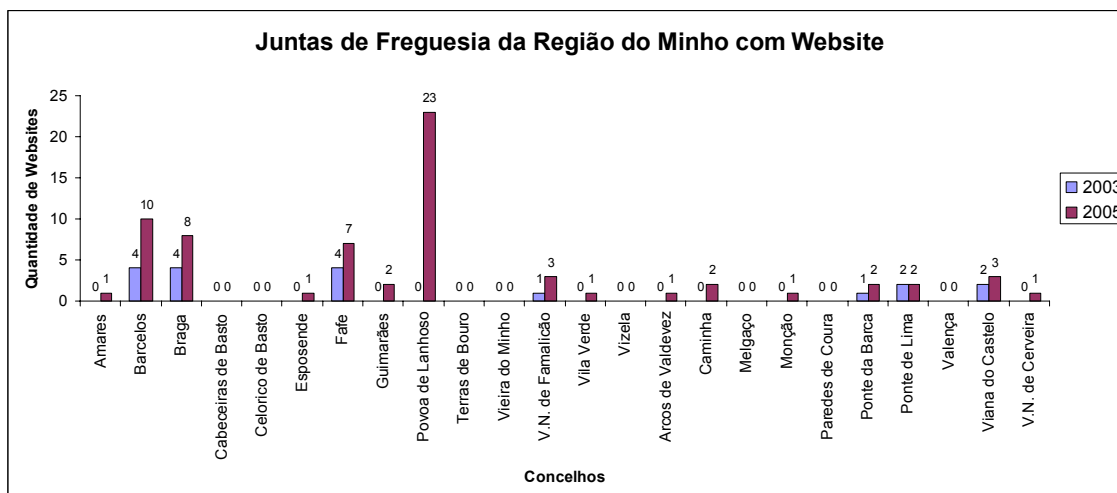


Gráfico 3 - Juntas de Freguesia da Região do Minho com E-mail.

### 5.2 Juntas de Freguesia com Website

O *Gráfico 4* apresenta o número de *websites* por concelho da Região do Minho para os anos 2003 e 2005. Podemos verificar em 2005 o aparecimento de *websites* em seis novos concelhos (Amares, Esposende, Guimarães, Póvoa do Lanhoso, Caminha, Monção, Vila Nova de Cerveira e Vila Verde), destacando-se positivamente o concelho da Póvoa do Lanhoso, porque passou de zero para vinte e três *websites*, ou seja, cresceu 2300%. Dos concelhos que possuíam *websites* em 2003 destacamos ainda positivamente os concelhos de Braga, Barcelos e Fafe, os quais continuam a apresentar em 2005 das maiores percentagens de *websites*. Passando para uma análise distrital, constatamos que Braga evoluiu também na variável *websites* mais do que Viana do Castelo, com 323,08% contra apenas 140,00%. Considerando toda a Região do Minho, a evolução cifra-se nos 272,22%.



**Gráfico 4 - Juntas de Freguesia da Região do Minho com Website.**

## 6. Conclusão

Neste artigo apresentámos um estudo finalizado em Abril de 2005, realizado com o objectivo de analisar a situação do Governo Electrónico nas Juntas de Freguesia do Minho e de avaliar a evolução verificada ao longo dos últimos dois anos, tomando como referência os resultados de um estudo similar finalizado em Abril de 2003.

Actualmente apenas 28,73% das Juntas de Freguesia do Minho possuem *e-mail* e 8,46% *website*. O distrito de Braga encontra-se melhor colocado do que o distrito de Viana do Castelo, com 29,96% e 10,89% contra 26,55% e 4,14%, respectivamente para *e-mails* e *websites*. Delimitando o foco aos concelhos da Região do Minho, Póvoa de Lanhoso (89,66%), Braga (45,16%) e Valença (43,75%) ocupam as três primeiras posições na variável *e-mails*, e Póvoa de Lanhoso (79,31%), Fafe (19,44%) e Braga (12,90%) ocupam as três primeiras posições na variável *websites*. No lado oposto, Amares (4,17%), Celorico de Basto (4,55%) e Melgaço (5,66%) ocupam as três últimas posições na variável *e-mails*, ao passo que as três últimas posições da variável *websites* são ocupadas pelos concelhos nos quais nenhuma das suas freguesias possui *website*, nomeadamente: Celorico de Basto, Paredes de Coura, Vieira do Minho, Melgaço, Terras de Bouro, Cabeceiras de Basto, Valença e Vizela.

A comparação dos resultados do estudo de 2005 com os do estudo de 2003, mostra-nos que houve uma evolução positiva na adopção do Governo Electrónico pelas Juntas de Freguesia do Minho, sendo mais evidente na variável *websites*, com uma taxa de crescimento de 272,22%, face a uma taxa de crescimento de 60,42% na variável *e-mails*. E mostra-nos também que as taxas de evolução do distrito de Braga são superiores às do distrito de Viana do Castelo, com 323,08% e 86,59% face a 140,00% e 60,42%, respectivamente para *websites* e *e-mails*.

Não obstante a evolução positiva ocorrida nos últimos dois anos, o Governo Electrónico continua a ser uma miragem para a esmagadora maioria das Juntas de Freguesia do Minho. Neste contexto, estas Juntas continuam a demitir-se do dever de tomarem como responsabilidade sua a dinâmica do desenvolvimento da Sociedade da Informação ao nível local, e consequente info-inclusão da população que representam.

A nossa experiência mostra-nos que ainda existe uma série de barreiras culturais e estruturais à adopção do Governo Electrónico, sobretudo ao nível da grande parte dos representantes das Juntas de Freguesia, que não o olha como um potencial contributo no melhoramento do desempenho das tarefas para que foram eleitos. Neste âmbito, sugerimos uma reflexão sobre os requisitos mínimos que os candidatos a autarcas devem satisfazer, de forma a diminuir



consideravelmente a quantidade de autarcas que se opõem liminarmente a qualquer introdução de modernidade e melhoria nas suas Juntas de Freguesia.

Os resultados do estudo apresentado devem ser interpretados considerando as limitações do mesmo, nomeadamente o pequeno número de análises de grau de associação entre variáveis, sobretudo devido à não colaboração das Juntas por meio de resposta a solicitação de informação via *e-mail*, e por não termos tentado encontrar justificações para o facto do concelho de Póvoa de Lanhoso atingir valores tão elevados e distantes dos restantes concelhos do Minho.

Finalizamos o artigo com a consciência de que o estudo apresentado corresponde apenas a um pequeno contributo na tentativa de analisar a adopção e a evolução do Governo Electrónico nas Juntas de Freguesia. Não obstante, e apesar das limitações do estudo, julgamos ter contribuído com rigor e seriedade para um debate sustentado, que justifique e permita, no futuro, a realização de novos estudos comprovativos de evoluções positivas.

## 7. Referências

- Cardona, D. (2002), "El Gobierno Electrónico: Una revisión desde la perspectiva de la prestación de servicios", *I Congreso Catalán de Gestión Pública*, Barcelona, Septiembre del 2002.
- Figueiredo, B. (2002), *Estrutura, Conceção e Produção de sites Web*. FCA.
- Ho, A. (2002), "Reinventing Local Governments and the E-Government Initiative". *Public Administration Review*, Vol. 62, N. 4, pp. 434-444.
- ISO/IEC (2001). *ISO 9126-1:2001, Software engineering -- Product quality -- Part 1: Quality model*, International Organization for Standardization.
- Kilian, C. (2000), *Writing for the Web*. Geeks Edition.
- Krug, S. e Black, R. (2000), *Don't Make me Think! A Common Sense Approach to Web Usability*. Black Books.
- Lynch e Horton. (2002), *Web Style Guide*, 2nd Edition. Amazon. <http://www.webstyleguide.com> (5 de Março de 2005).
- Oliveira, J., Santos, L. e Amaral, L. (2003) *Guia de Boas Práticas na Construção de Websites da Administração Directa e Indirecta do Estado*. Gávea, Guimarães, Portugal.
- Pestana, M. e Gageiro, J. (2000), *Análise de Dados para Ciências Sociais*, 2ª ed., Edições Sílabo.
- Reis, T. (2004), *REQE – Uma Metodologia para Medição de Qualidade de Aplicações Web na Fase de Requisitos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.
- Rocha, Leite, P. e Teixeira, P. (2004), "Governo Electrónico Local: O Caso das Juntas de Freguesia". *IN Gouveia, L. e Gaio, S. (Orgs.), Sociedade da Informação: Balanço e Implicações*. Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. pp. 65-72.
- Rocha, Ferreira, C., Gomes, M. e Macedo, R. (2003), "E-Government Local: Situação nas Juntas de Freguesia do Minho". *Actas da 4ª Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação*, Porto, Portugal, 15-17/10/2003.
- Socitm, (2003), *Local e-Government Now 2003: Sustaining the Momentum*, Socitm (Society of IT Management) and I&DeA (Improvement and Development Agency).
- UMIC (2003), *Método de Avaliação dos Web Sites dos Organismos da Administração Directa e Indirecta do Estado*. Unidade de Missão Inovação e Conhecimento.
- UMIC (2004), *Inquérito à Utilização das TIC pela População Portuguesa*. Unidade de Missão Inovação e Conhecimento.
- Williams, R. (2003), *Non Designer's Design Book*, 2nd Edition. Peachpit Press.
- OLA (2002), *Local E-Government – A Best Practices Review*, Office of the Legislative Auditor.
- Olsina, L. (2000). *Metodologia Cuantitativa para la Evaluación e Comparación de la Calidad de Sitios Web*. Tesis Doctoral, Universidad Nacional de La Plata, Argentina.
- Pascual, P. (2003), *E-Government*, e-ASEAN Task Force, UNDP-APDIP.
- West, D. (2003), *Global e-Government - 2003*, Study Report, Center for Public Policy, Brown University, Setembro de 2003.

# ANEXO I – Governo Electrónico nas Juntas de Freguesia do Minho – 2005 versus 2003

Concelhos/Distritos/ Região	Freguesias	2003		2005		Evolução: E-mails	2003		2005		Evolução Websites
		E-mails	% E-mails	E-mails	% E-mails		Websites	%Websites	Websites	%Websites	
Amares	24	0	0,00%	1	4,17%	100,00%	0	0,00%	1	4,17%	100,00%
Barcelos	89	14	15,73%	24	26,97%	71,43%	4	4,50%	10	11,24%	150,00%
Braga	62	12	19,35%	27	43,55%	125,00%	4	6,50%	7	11,29%	75,00%
Cabeceiras de Basto	17	0	0,00%	1	5,88%	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Celorico de Basto	22	0	0,00%	1	4,55%	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esposende	15	2	13,33%	4	26,67%	100,00%	0	0,00%	1	6,67%	100,00%
Fafe	36	5	13,89%	11	30,56%	120,00%	4	11,10%	7	19,44%	75,00%
Guimarães	68	14	20,59%	22	32,35%	57,14%	0	0,00%	2	2,94%	200,00%
Povoa de Lanhoso	29	6	20,69%	26	89,66%	333,33%	0	0,00%	23	79,31%	2300,00%
Terras de Bouro	17	1	5,88%	2	11,76%	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Vieira do Minho	21	3	14,29%	5	23,81%	66,67%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
V.N. de Famalicão	49	18	36,73%	21	42,86%	16,67%	1	2,00%	3	6,12%	200,00%
Vila Verde	58	5	8,62%	6	10,34%	20,00%	0	0,00%	1	1,72%	100,00%
Vizela	7	2	28,57%	2	28,57%	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Distrito de Braga</b>	<b>514</b>	<b>82</b>	<b>15,95%</b>	<b>153</b>	<b>29,77%</b>	<b>86,59%</b>	<b>13</b>	<b>2,53%</b>	<b>55</b>	<b>10,70%</b>	<b>323,08%</b>
Arcos de Valdevez	51	5	9,80%	8	15,69%	60,00%	0	0,00%	1	1,96%	100,00%
Caminha	20	5	25,00%	8	40,00%	60,00%	0	0,00%	2	10,00%	200,00%
Melgaço	18	6	33,33%	1	5,56%	-83,33%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Monção	33	0	0,00%	10	30,30%	1000,00%	0	0,00%	1	3,03%	100,00%
Paredes de Coura	21	3	14,29%	3	14,29%	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Ponte da Barca	25	2	8,00%	8	32,00%	300,00%	1	4,00%	2	8,00%	100,00%
Ponte de Lima	51	9	17,65%	12	23,53%	33,33%	2	3,92%	2	3,92%	0,00%
Valença	16	4	25,00%	7	43,75%	75,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Viana do Castelo	40	13	32,50%	17	42,50%	30,77%	2	5,00%	3	7,50%	50,00%
V.N. de Cerveira	15	1	6,67%	3	20,00%	200,00%	0	0,00%	1	6,67%	100,00%
<b>Distrito V. Castelo</b>	<b>290</b>	<b>48</b>	<b>16,55%</b>	<b>77</b>	<b>26,55%</b>	<b>60,42%</b>	<b>5</b>	<b>1,72%</b>	<b>12</b>	<b>4,14%</b>	<b>140,00%</b>
<b>Região do Minho</b>	<b>804</b>	<b>130</b>	<b>16,17%</b>	<b>230</b>	<b>28,61%</b>	<b>76,92%</b>	<b>18</b>	<b>2,24%</b>	<b>67</b>	<b>8,33%</b>	<b>272,22%</b>